

Nova etapa para a dívida externa, dentro de nova estratégia

José Antônio Martins (*)

As promessas de revisão da dívida externa brasileira, emitidas pelo presidente eleito dos EUA, não devem iludir aqueles que ainda tratam esse problema com um mínimo de seriedade. É verdade que, na confusa situação financeira do Brasil, qualquer sinal de movimento da parte dos credores já é suficiente para as mais exageradas expectativas de otimismo. Entretanto, uma nova etapa no tratamento da dívida externa brasileira deve ser vista apenas dentro de um quadro mais amplo das atuais e futuras relações econômicas internacionais.



estava em crise e Lee Iacocca assumiu sua direção. Na realidade, tanto o governo americano emprestou uma quantia enorme — em torno de US\$ 3 bilhões — quanto os bancos credores daquela empresa concordaram em receber um serviço menor durante um certo tempo. Em contrapartida, tanto o governo quanto os bancos ganharam uma opção nas ações da Chrysler. Na medida em que esta empresa reciclou sua produção, os lucros voltaram em grande escala. Todos ganharam, empresa e bancos. O governo limitou-se a repassar suas opções para a Chrysler, aumentando um pouco mais o enorme déficit público americano.

O mais importante de tudo isso é a idéia de uma nova estratégia de negócios, que ultrapassa em muito o

mero problema da dívida com os países latino-americanos. Nesse sentido, é muito ilustrativa também a súbita redescoberta do Brasil como a sétima economia industrial do Ocidente. No "Relatório anual de 1989 sobre a economia e o clima mundial dos negócios", uma grande firma americana de consultoria (Coopers and Lybrand) coloca o Brasil entre os nove mercados estratégicos para investimentos. Os outros oito mercados são: EUA, Japão, Alemanha, França, Reino Unido, Itália, Índia e China. E só. Todos os outros mercados, incluindo Canadá, Espanha, México, Argentina e, muito importante, os badalados "tigres asiáticos", são considerados no relatório "mercados secundários".

Na atual situação econômica internacional, os

EUA podem estar voltando seus olhos para este grande mercado que é o Brasil. Em primeiro lugar, porque a solução de seu gigantesco déficit comercial poderia ser facilitada com a elevação de suas exportações para o Brasil. Mas isso não é o mais importante. Na nova conformação mundial em grandes blocos econômicos, os EUA podem estar interessados em que o Brasil penda mais para o bloco EUA-Canadá-México do que para a CEE-92, ou para o bloco do Pacífico, com Japão e seus "tigres". Podem estar achando que essa integração da economia brasileira ao seu bloco é uma coisa mais do que natural, como foi até os anos 50 e 60.

Pode-se perceber que as promessas de revisão da dívida externa não são apenas um sinal de boa vontade

de do novo governo americano. Talvez estejamos entrando realmente em uma nova etapa desse problema. Nesse sentido, a solução da dívida — incluindo formas de redução e de pagamento de menores juros — coloca novos e maiores problemas, de ordem estratégica, que vão decidir a forma de integração do Brasil às novas condições produtivas mundiais.

Uma alta fonte do governo americano simpática à "fórmula Chrysler" sentenciou: "O que precisamos ter, no caso da América Latina, é uma fórmula como essa e um Lee Iacocca dirigindo suas economias de maneira correta".

O atual presidente brasileiro não veste, certamente, o figurino de um estadista capaz de enfrentar esses desafios. Em negociações internacionais tão delicadas

como essas que estão despontando, uma condição primordial no atual clima internacional é a existência de estadistas e regimes com forte legitimidade democrática, acompanhados de novos projetos de desenvolvimento nacionais. Tudo isso nos falta, evidentemente.

A defasagem do Brasil perante o mundo é menos econômica e muito mais política. É por isso que se pode lamentar, neste final de ano, que a prorrogação do mandato do presidente Sarney prorrogou também as efetivas possibilidades de se começar a resolver o problema da dívida. Continuamos na década de 70.

(*) Doutor em Economia pela Universidade de Paris; professor de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas — São Paulo

Em primeiro lugar, deve-se descartar qualquer solução mirabolante do problema. Por exemplo, que tanto o governo americano quanto os bancos credores estejam interessados em perdoar, pura e simplesmente, grande parte da dívida. Ou de fixarem uma baixa taxa de juro (falou-se nos últimos dias até de 4% ao ano). Acreditar em coisa tão simplória é mais um sinal da confusão e levianidade que marcam o comportamento do governo brasileiro frente a esse problema, desde quando ele apareceu por volta de 1981.

O problema da dívida não é mais tão importante para os países credores como era no começo da década. Deixou de ser uma ameaça para a vida dos bancos e passou a ser apenas um importante instrumento de negociação estratégica entre credores e devedores. Para estes últimos, entretanto, o peso crescente do problema é por si só um elemento a mais para permanecerem amarrados ao curto prazo de uma verdadeira crise financeira.

É muito ilustrativa a idéia do presidente do First Boston Bank. Ele tem sugerido para a dívida o mesmo tratamento dispensado à Chrysler no final dos anos 70, quando esta empresa